

COTAS RACIAIS - CARTA ABERTA SOBRE AS COTAS NA UFRJ

Ao contrário do que pretendem afirmar alguns setores da imprensa, o debate em torno de políticas afirmativas e de sua implementação no ensino universitário brasileiro não pertence à UFRJ, à USP ou a qualquer setor, "racialista" ou não, da sociedade. Soma-se quase uma década de reflexões, envolvendo intelectuais, dirigentes de instituições de ensino, movimentos sociais e movimento estudantil, parlamentares e juristas.

Atualmente, cerca de 130 universidades públicas brasileiras já adotaram políticas afirmativas - entre as quais, a das cotas raciais - como critério de acesso à formação universitária. Entre estas instituições figuram a UFMG, a UFRGS, a Unicamp, a UnB e a USP, que estão entre as mais importantes universidades brasileiras.

Em editorial da última terça-feira, 17 de agosto, intitulado "UFRJ rejeita insensatas cotas raciais", o jornal *O Globo* assume, de forma facciosa, uma posição contrária a essas políticas afirmativas. O texto desmerece as ações encaminhadas por mais de cem universidades públicas e tenta suggestionar o debate em curso na UFRJ. Distorcendo os fatos, o editorial fala em "inconstitucionalidade" da aplicação do sistema de cotas, quando, na verdade, o que está em pauta no Supremo Tribunal Federal não é a constitucionalidade das cotas, mas os critérios utilizados na UnB para a aplicação de suas políticas afirmativas.

Na última década, enquanto a discussão crescia em todo o país, a UFRJ deu poucos passos, ou quase nenhum, para fazer avançar o debate sobre as políticas públicas. O acesso dos estudantes à UFRJ continua limitado ao vestibular, com uma mera pré-seleção por meio do ENEM, o que significa um processo ainda excludente de seleção para a entrada na universidade pública. Apesar disso, do mês de março para cá, o debate sobre as cotas foi relançado na UFRJ e, hoje, várias decisões podem ser tomadas com melhor conhecimento do problema e das posições dos diferentes setores da sociedade em relação ao assunto.

Se pretendemos avançar rumo a uma democracia real, capaz de assegurar espaços de oportunidades iguais para todos, o acesso à universidade pública deve ser repensado. Isto significa que é preciso levar em conta os diferentes perfis dos estudantes brasileiros, em vez de seguir camuflando a realidade com discursos sobre "mérito" (como se a própria noção não fosse problemática e como se fosse possível comparar

méritos de pessoas de condição social e trajetórias totalmente díspares) ou sobre "miscigenação" (como se não houvesse uma história de exclusão dos "menos mestiços" bem atrás de todos nós).

Cotas sociais - e, fundamentalmente, aquelas que reconhecem a dívida histórica do Brasil em relação aos negros - abrem caminhos para que pobres dêem prosseguimento aos seus estudos, prejudicado por um ensino básico predominantemente deficiente. Só assim os dirigentes e professores das universidades brasileiras poderão continuar fazendo seu trabalho de cabeça erguida. Só assim a comunidade universitária poderá avançar, junto com o país e na contra-mão da imprensa retrógrada, representada por O Globo, em direção a um reconhecimento necessário dos crimes da escravidão, crimes que, justamente, por ainda não terem sido reconhecidos como crimes que são, se perpetuam no apartheid social em que vivemos.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2010

Assinam os professores da UFRJ:

Alexandre Brasil - NUTES

Amaury Fernandes - Escola de Comunicação

André Martins Vilar de Carvalho - Filosofia/IFCS e Faculdade de Medicina

Anita Leandro - Escola de Comunicação

Antonio Carlos de Souza Lima - Museu Nacional

Beatriz Heredia - IFCS

Clovis Montenegro de Lima - FACC/UFRJ-IBICT

Eduardo Viveiros de Castro - Museu Nacional

Denilson Lopes - Escola de Comunicação

Elina Pessanha - IFCS

Fernando Alvares Salis - Escola de Comunicação

Fernando Rabossi - IFCS

Fernando Santoro - IFCS

Flávio Gomes - IFCS

Giuseppe Mario Cocco - Professor Titular, Escola de Serviço Social

Heloisa Buarque de Hollanda - Professora Titular, Escola de Comunicação/FCC

Henrique Antoun - Escola de Comunicação

Ivana Bentes - Diretora, Escola de Comunicação

Katia Augusta Maciel - Escola de Comunicação

Leilah Landim - Professora - Escola de Serviço Social

Leonarda Musumeci - Instituto de Economia

Lilia Irmeli Arany Prado - Observatório de Valongo

Liv Sovik - Escola de Comunicação

Liz-Rejane Issberner - FACC/UFRJ-IBICT

Marcelo Paixão - Instituto de Economia

Marcio Goldman - Museu Nacional
Marildo Menegat - Escola de Serviço Social
Marlise Vinagre - Escola de Serviço Social
Nelson Maculan - Professor titular da COPPE e ex-reitor da UFRJ
Olívia Cunha - Museu Nacional
Otávio Velho - Professor Emérito, Museu Nacional
Paula Cerqueira - Professora Instituto de Psiquiatria
Paulo G. Domenech Oneto - Escola de Comunicação
Renzo Taddei - Escola de Comunicação
Roberto Cabral de Melo Machado - IFCS
Samuel Araujo - Escola de Música
Sarita Albagli - Professora PPG-FACC-UFRJ/IBICT
Sílvia Lorenz Martins - Observatório do Valongo
Suzy dos Santos - Escola de Comunicação
Tatiana Roque - Instituto de Matemática
Virgínia Kastrup - Instituto de Psicologia
Silviano Santiago, Professor emérito, UFF

Newsletternomade mailing list

Newsletternomade@listas2.rits.org.br

<http://listas2.rits.org.br/mailman/listinfo/newsletternomade>

A QUESTÃO DAS COTAS - JORNAL DA UFRJ

Acesso 2011: um quinto das vagas para rede pública

BRUNO FRANCO - JORNAL DA UFRJ

dmvi@reitoria.ufrj.br

Após ter aprovado na semana passada a política de acesso diferenciado aos cursos de graduação, já para 2011, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou nesta quinta-feira, 19 de agosto, a proposta da Reitoria de destinar uma em cada cinco vagas do próximo concurso de acesso para estudantes de colégios vinculados à secretaria estadual e às secretarias municipais de educação, além da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), vinculada à secretaria estadual de ciência e tecnologia.

As vagas para cotistas (20%) serão preenchidas de acordo com as notas aferidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Além dessas, 40% das vagas também serão alocadas de acordo com o Enem, porém

sem cota de qualquer espécie. Os 40% restantes serão destinados a um concurso de acesso próprio da UFRJ, discursivo como de costume.

O percentual de vagas destinadas às cotas foi objeto de intenso debate. Diversas propostas foram feitas, além da original preparada pela Reitoria. O professor Marcelo Paixão (representante dos professores adjuntos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas), apoiado pelos conselheiros discentes, defendeu que o montante de cotas chegasse a 50% do total de vagas da universidade, e Agnaldo Fernandes, representante dos servidores técnico-administrativos, propôs 30%.

Ambos abriram mão das formulações, na hora da votação, em favor do professor Gabriel Pereira da Silva (representante dos Professores Adjuntos do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza) que propôs 35%. Mas, por 20 votos contra 18, foi aprovada a proposta da Reitoria, destinando aos cotistas um quinto do total das vagas, com a proporcional e consequente assistência estudantil, que possibilite a permanência dos estudantes na universidade. As cotas não se estendem a escolas que tradicionalmente apresentam ótimo desempenho nos concursos de acesso e, portanto, não necessitariam do benefício, como o Colégio de Aplicação (tanto da UFRJ como da Uerj), o Colégio Militar e o Colégio Pedro II.

A política aprovada é provisória, válida apenas para o concurso de 2011, e o debate acerca da melhor política de acesso e do uso de ações afirmativas não se esgotou e prosseguirá sendo realizado na universidade. O reitor Aloisio Teixeira destacou que a UFRJ não pretende fazer uma revolução. "Não depende de nossas decisões acabar com o racismo ou com a desigualdade. Temos de ser responsáveis. Temos de saber como a universidade reagirá à medida."